

**Israel David de Oliveira Frois**



Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
[israelfrois@gmail.com](mailto:israelfrois@gmail.com)

**Sandra Soares Della Fonte**



Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
[sdellafonte@gmail.com](mailto:sdellafonte@gmail.com)

Submetido em: 22/05/2023

Aceito em: 17/07/2023

Publicado em: 27/09/2023



[10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15555](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15555)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

# EMPRESÁRIOS E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O CASO DO MOVIMENTO ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO

## RESUMO

Este artigo tem o objetivo de identificar os marcos de atuação do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) diante da política educacional capixaba. Para tanto, usa a análise documental e recorre à teorização gramsciana. Ao longo da existência dessa organização, o Meesa passa de um mero mediador de parcerias no campo educacional para o papel de formulação, execução e implantação dos programas e políticas educacionais. Mais do que uma especificidade local, essa mudança sinaliza um movimento dos grupos empresariais, em nível nacional e internacional, no campo da educação pública para cimentar consensos a partir dos ditames neoliberais.

**Palavras-chave:** Empresários. Políticas educacionais. Movimento Espírito Santo em Ação. Hegemonia.

## ENTREPRENEURS AND BRAZILIAN EDUCATION: THE CASE OF THE ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO MOVEMENT

## ABSTRACT

This article aims to identify the activity milestones of the Espírito Santo Entrepreneurial Movement in Action (Meesa), in the face of the educational policy of Espírito Santo. To this end, document analysis and Gramscian theorization are used. Throughout its existence, it moves from a mere mediator of partnerships in the educational field to the role of formulating, executing and implementing educational programs and policies. More than a local specificity, this change signals a movement of business groups, nationally and internationally, in the field of public education to inflict consensus based on neoliberal principles.

**Keywords:** Entrepreneur. Educational policies. Espírito Santo Entrepreneurial Movement in Action. Hegemony.

## EMPRESARIOS Y EDUCACIÓN BRASILEÑA: EL CASO DE ESPÍRITO SANTO EN ACCIÓN

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar los hitos de actuación del Movimiento Empresarial Espírito Santo en Acción (Meesa) frente a la política educativa capixaba. Para ello, se utiliza el análisis documental y se recurre a la teoría gramsciana. A lo largo de su existencia, Meesa pasa de ser un mero mediador de alianzas en el ámbito educativo a desempeñar el papel de formulación, ejecución e implementación de programas y políticas educativas. Más que una especificidad local, este cambio señala un movimiento de los grupos empresariales a nivel nacional e internacional en el campo de la educación pública para consolidar consensos a partir de los dictámenes neoliberales.

**Palabras Clave:** Empresarios. Políticas educativas. Movimiento Espírito Santo en Acción. Hegemonía.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de reforma do Estado brasileiro teve início no apagar das luzes do século XX, inicialmente, sob a influência da atmosfera do Consenso de Washington, que promoveu o desenvolvimento de uma série de reformas de caráter neoliberal, cujo objetivo estava intimamente ligado às demandas de expansão do capital (HARVEY, 2005) na dinâmica de ampliação da mais-valia global. Assim, desde o primeiro presidente eleito de forma direta, Collor de Melo (1990-1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), observamos o início do processo de reformas neoliberalizantes do Estado brasileiro, que prosseguem, depois da renúncia de Collor em meio ao processo de *impeachment*, com seu sucessor legal, Itamar Franco (1992-1993) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Tais reformas se aprofundam e se destacam no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Dessa maneira, a reforma gerencial do Estado brasileiro, iniciada na década de 1990 e coordenada por Luiz Carlos Bresser Pereira,<sup>1</sup> abriu espaços para “[...] o trinômio articulado do ideário neoliberal para políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 156). Cabe salientar que Bresser Pereira, depois de “estagiar” na Inglaterra, retornou disposto a aplicar os princípios da “Terceira Via” na reforma do Estado brasileiro, promovendo-o de patrimonial a gerencial (MARTINS; GROppo, 2010).

O enlace com o capital seguiu nos governos ulteriores de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), com o aprofundamento das políticas na lógica do neoliberalismo de “Terceira Via” (NEVES, 2005) por meio das Parcerias Público Privadas (PPP), além de reformas que retrocederam às políticas educacionais no Brasil. Em destaque, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), gestado com o DNA empresarial por intermédio do movimento “Todos pela Educação”, o Instituto Ayrton Senna e o Itaú Social (MALINI, 2009). Tais reformas estiveram, em meio a contradições, em certa sintonia com as propositivas formuladas pelos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros.

Se, naquele contexto, já se podiam perceber as possibilidades e ações de concessões à iniciativa privada, nos últimos anos, depois do golpe parlamentar, jurídico e

---

<sup>1</sup> Luiz Carlos Bresser Pereira foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado no Governo FHC (1995-1998) e responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE).

mediático desferido em 2016 (MATTOS; BASSONE; MAMIGONION, 2016), impedindo o cumprimento integral do mandato do governo Dilma Rousseff, percebemos o aprofundamento dos retrocessos nas políticas públicas, como a aprovação, no governo de Michel Temer do PMDB (2016-2018), da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos sociais em 20 anos, e a problemática Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, com implicações gravíssimas à formação propedêutica. O desmonte das políticas públicas prosseguiu, de forma acentuada, no governo capitaneado por Bolsonaro (2019-2022) que, com o tom da extrema direita de beligerância política e de obscurantismo, conseguiu reunir condições para aprovar pautas neoconservadoras (HARVEY, 2014), especialmente no que diz respeito à condução das políticas educacionais e ambientais (cf. SILVA JÚNIOR, 2020).

Nessa conjuntura, notamos uma aliança entre os setores do mercado e os neoconservadores, na qual conduziram o Estado brasileiro para o esvaziamento de políticas sociais e a retirada de direitos sociais. Vemos, então, que “[...] o neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (HARVEY, 2014, p. 92). Nos termos de David Harvey (2014, p. 92), “[...] o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre”.

Esse breve olhar panorâmico coloca em evidência o privilégio da lógica da “Terceira Via” no cenário político brasileiro. Embora o governo Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), tenha sido identificado pela posição neoconservadora, com marcas bastante distintas dos governos anteriores, sobretudo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a perspectiva de vínculos com o setor privado na educação é aprofundada por meio do Decreto nº 10.195, de 31 de dezembro de 2019, que trata da reestruturação do Ministério da Educação (MEC), sob o comando do então ministro Abraham Weintraub (2019-2020), que autoriza instituições privadas a participar, em conjunto com o Ministério, de avaliações, monitoramento e ações respectivas à educação básica.

Várias produções acadêmicas têm levantado indagações e análises críticas sobre a atuação de empresários e redes empresarias no Brasil, em especial no campo educacional. Destacamos os estudos sobre: a lógica da Terceira Via e a pedagogia da hegemonia que sustenta o projeto burguês da consolidação do consenso (NEVES, 2005; NEVES, 2010); a investigação do movimento “Todos pela Educação” e a sua atuação na determinação de políticas educacionais no Brasil (MARTINS, 2016); a reforma empresarial da educação brasileira (FREITAS, 2018); a articulação de uma rede

empresarial latino-americana na educação básica (MARTINS, 2019); a privatização dos processos educacionais e pedagógicos (ADRIÃO, 2017a, 2017b); a presença do empresariado na educação pública por intermédio de associações, fundações e institutos na implementação e execução de políticas educacionais (MALINI, 2009; DORNELLAS, 2011; CASTRO, 2017; SOUZA, 2021); a educação pública no mercado mundial do conhecimento (SOUZA, 2019).

Inserido nesse contexto, o Estado do Espírito Santo participa da crescente atuação da iniciativa privada na educação pública via fundações e associações vinculadas à grandes empresas que atuam ora como mantenedoras de programas, ora como subsidiadoras e avaliadoras de propostas educativas.

Desse modo, esforço semelhante à produção acadêmica existente, mas sob uma ótica mais local, tem sido feito no que diz respeito à pesquisa da atuação empresarial na educação básica capixaba (GASPAR, 2016; LIMA; PERTERLE; ALMEIDA, 2016; LIMA; SPERANDIO; COSTA, 2020; PERTERLE; LIMA; ALVARENGA, 2020; PERTERLE; LIMA, 2017; LIMA; PERTELE, 2021; MATOS; ALCANTARA; COSTA; 2021; ALCANTARA; MATOS; COSTA, 2020; MOSCON et al.; 2021; OLIVEIRA; LÍRIO, 2017). Tais estudos têm em comum a crítica ao modelo gerencial e empresarial presente na educação pública capixaba e ao processo de mercantilização da educação, em especial o que se estabelece por meio de Parcerias Público-Privadas. Nessas análises, identificamos a atuação do Movimento Empresarial Espírito-Santo em Ação (Meesa), sem tomá-lo como objeto central de estudos.

O Meesa consiste em um grupo de empresários de vários setores, com ampla força política, que se congregam dentro de uma rede, organizam-se e articulam-se para propor um novo modelo de desenvolvimento para o Estado do Espírito Santo.

As pesquisas que tratam da atuação específica do Meesa evidenciam a representação de interesse empresarial do movimento na política geral do Estado do Espírito Santo. Os estudos de Gonçalves, Patez, Silva (2011), Gonçalves, Silva e Palassi (2009) e Gonçalves, Silva e Palassi (2010) centram-se na caracterização geral do Meesa como representação política do empresariado capixaba na busca pela influência e construção de um projeto político no Estado. Nas produções de Gonçalves e Silva (2011) e de Rainha (2012), colocam-se em relevo o processo de diluição das diferenças sociais e a construção de um suposto projeto político de interesse coletivo (ideal de consenso) dirigido pelo Meesa. Apesar de terem o Meesa como objeto central, nenhuma dessas investigações aborda a especificidade de sua atuação na educação.

Temos, assim, o seguinte cenário na produção acadêmica: de um lado, pesquisas no campo educacional tangenciam, de modo pontual, o Meesa ao indicá-lo como sujeito importante na defesa dos interesses empresariais na educação capixaba. Por outro, as pesquisas que tomam esse movimento como objeto não problematizam suas ações educacionais.

Enfrentar essas lacunas é, a nosso ver, relevante. Torna-se premente, então, investigar o lugar desse movimento na educação capixaba, suas formulações e estratégias de atuação nesse campo, os seus intelectuais orgânicos, assim como a materialização dos pressupostos do “ES em Ação” na educação capixaba.

Diante dessa ampla tarefa, nossa pretensão, neste artigo, recua e se limita a identificar e pontuar marcos de atuação do Meesa, ao longo de sua existência, diante das políticas públicas capixabas, em especial das políticas educacionais. Trata-se de uma espécie de esboço, eivado de suspeitas e indagações, a ser aprofundado em pesquisas futuras. Para tal empreitada, recorreremos, em especial, à categoria gramsciana de “intelectual orgânico”. Em termos metodológicos, fundamentamo-nos na análise documental, pois os documentos “[...] oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais [...]” (EVANGELISTA, 2012, 58) é tarefa do pesquisador. Consideramos que investigar as especificidades locais de atuação do Meesa pode oferecer indícios dos projetos e ações do empresariado brasileiro em relação à educação pública.

## **2 O MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO: A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL E EMPRESARIAL**

O Meesa foi fundado por 16 empresários de diferentes setores<sup>2</sup> e institucionalizado em 2003, sob o apoio político do ex-governador Paulo Hartung (2003-2010). Tal movimento é concebido em meio a um contexto de crise político-econômico-institucional no Estado capixaba (RAINHA, 2012), dos anos de 1990 ao início dos anos 2000, “[...]”

---

<sup>2</sup> O grupo fundador do Meesa é composto por Arthur Carlos Gerhardt Santos, engenheiro civil, diretor-presidente da Sereng; Carlos Augusto L. Aguiar, engenheiro químico, presidente da Aracruz Celulose (Fibria); Carlos F. M. Lindenberg Filho, diretor da Rede Gazeta (comunicação); Ernesto Mosaner Júnior, engenheiro industrial, superintendente da Elkem; João Gualberto M. Vasconcellos, cientista político, diretor do Futura; José Armando de Figueiredo Campos, engenheiro de minas, presidente da ArcelorMittal; José Luiz S. Orrico, economista, diretor do Futura; José Teófilo de Oliveira, economista, consultor; Nelson A. de Saldanha, presidente da Cepemar; Nilton Carlos Chieppe, presidente da Viação Águia Branca; Orlando Caliman, economista, diretor do Futura; Pedro Burnier, engenheiro agrônomo, presidente da Gaia Papaya; Sérgio G. Tristão, economista, presidente do Grupo Tristão; Sérgio Rogério de Castro, engenheiro mecânico, presidente da Fibrosa S. A.; Walter L. Nunes, engenheiro mecânico, diretor de operações da Aracruz Celulose (Fibria) (RAINHA, 2012).

produzida por diversos escândalos de corrupção e até pela significativa penetração do crime organizado nos espaços de poder, envolvendo importantes autoridades políticas e agentes públicos dos mais diversos setores da administração estadual” (OLIVEIRA; LÍRIO, 2017, p. 275). Assim, o Meesa nasce a partir da necessidade de as frações de classe burguesa capixaba participar do poder de forma sistematizada e sob a inspiração de organizações empresariais de Minas Gerais (Cresce Minas), do Ceará (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) e de dois movimentos articulados por Jorge Gerdau Johannpeter, o Movimento Brasil Competitivo e a Ação Empresarial (RAINHA, 2012).

De acordo com o movimento, a sua missão é ser

[...] protagonista no desenvolvimento do pensamento empresarial, participando ativamente das agendas relevantes do país e do estado, promovendo a formação de novas lideranças, monitorando as ações perante as estratégias de longo prazo, com foco permanente no equilíbrio institucional e na maior qualificação da relações público-privadas (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, s.d.).

O objetivo do Meesa pode ser sintetizado no *slogan* “[...] contribuir para a construção de um estado de referência” (RAINHA, 2012, p. 17). Ao participar de forma privilegiada da concepção dos Planos de Desenvolvimento do Estado,<sup>3</sup> ES 2025 (2006), a reformulação do ES2030 (2013) e a revisão com o ES2035 (2018-2023), o Meesa tornou-se o principal agente privado que tem atuado na interferência das políticas públicas do Espírito Santo. No campo educacional, sua atuação tem sido feita a partir da intenção de desenvolver o capital humano capixaba seguindo os padrões internacionais (ES2025, 2006, p. 12).

O Meesa apresenta-se e busca se legitimar como representante de interesses coletivos da sociedade (RAINHA, 2012) sob o nome fantasia de “ES em Ação”. No entanto, cadastrado com a Razão Social de “Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação”,<sup>4</sup> tem a sua natureza jurídica de “associação privada”. Sua atividade principal é a “organização associativa patronal e empresarial”. De acordo com o Meesa, os seus valores são: “democracia; educação e construção da consciência cidadã; ética e transparência; moralização das relações público-privadas; economia de mercado; e respeito ao Estado de Direito” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, s.d.).

---

<sup>3</sup> Segundo o Governo Estadual do Espírito Santo, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo é um planejamento de longo prazo para o Estado, com o objetivo de definir prioridades, traçar estratégias, metas e apontar caminhos a serem percorridos por toda a coletividade – setores público, privado e sociedade civil –, em uma visão de futuro com horizonte no ano de 2025. Tal plano foi atualizado em 2013 (ES2030) e está em processo de atualização para o ES2035 (2018-2023) (Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/plano-de-desenvolvimento-es-2025>. Acesso em: 8 abr. 2023).

<sup>4</sup> Busca cadastral realizada no site da Receita Federal a partir do CNPJ do Meesa (05.624.417/0001-49) (Disponível em: [http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp) Acesso em: 29 maio 2022).

Embora o código de ética do Meesa (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2020), em seu item 2.0, “Comportamento ético do público interno”, indique que os membros do movimento devem abster-se de (2.2, b) “[...] utilizar informações, prestígio ou influência obtidos em razão da função para lograr, direta ou indiretamente, ganho, benefício ou vantagem para si ou para outrem”; e se comprometerem a (2.4, a) “[...] evitar qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio ou em consequência das atividades desempenhadas em seu cargo ou função, em benefício próprio, de parente até o segundo grau civil, ou de terceiros com os quais o integrante mantenha relação de sociedade”, o início das atividades do ES em Ação na educação é marcado exatamente pela quebra desses valores institucionais. Para ilustrar, Lima e Peterle (2021, p. 16-17) apontam

Em 2002, essa instituição propôs ao governo os programas ‘Bolsa Sedu’ e ‘Nossa Bolsa’ para comprar vagas em cursos técnicos e de ensino superior, transferindo, regidamente, vultosos recursos para o mercado da educação. Tais iniciativas esvaziaram e mataram no nascedouro o projeto de criação de uma estrutura estadual de ensino técnico e de ensino superior.

É oportuno destacar o vínculo do Meesa com instituições de ensino privadas, como o caso da mantenedora Faesa. Como podemos notar, o Meesa, a partir de suas demandas econômico-corporativas, galgou força como propositor de programas e políticas educacionais. No trabalho de Gaspar (2016, p. 114), a contradição fica mais evidente ao abordar a escolha da estrutura que abrigaria a primeira unidade do “Escola Viva”

[...] o local selecionado para a implementação da primeira Escola Viva acabou sendo o prédio do antigo campus da FAESA na região de grande São Pedro, que havia sido recentemente desativado. [...] a escolha por esse prédio em específico gerou muita controvérsia. A região escolhida atendia à proposta do Programa, que era priorizar o atendimento às populações mais vulneráveis, uma vez que a região da grande São Pedro concentra o maior número de famílias carentes da capital capixaba. Contudo, a polêmica se assenta no fato do prédio pertencer à FAESA, uma das empresas que apoiam a ONG Espírito Santo em Ação, patrocinadora do Programa Escola Viva, e o dono do imóvel ser um dos membros da ONG.

Assim, por meio de um edital de dispensa de licitação, o imóvel foi alugado pelo valor de R\$ 63.0000 mensais, inicialmente por 30 meses (GASPAR, 2016). Observamos que “[...] a entidade capta as demandas do setor privado, formula proposições, elabora estratégias e cria canais para que suas proposições sejam efetivadas, o que ocorre, em geral, através de parcerias com o setor público” (RAINHA, 2012, p. 112), garantindo, dessa forma o controle dos processos políticos no âmbito do governo e os ganhos corporativos do grupo.

Segundo Rainha (2012, p. 129), o Meesa se estruturou para transformar os seus recursos em poder político para participar de forma privilegiada da formulação de políticas públicas. Os recursos são:

[...] recursos financeiros, para a atuação em áreas de competência pública em um momento de crise financeira do estado, se promovendo a parceiro, coordenador e financiador dos projetos governamentais; recursos informacionais, para a realização de estudos, diagnósticos e planos que orientaram as ações governamentais em vários pontos; e recursos simbólicos, visando legitimar as ações governamentais através da presença na mídia, da entrega de prêmios, da articulação com outras entidades sociais, etc. (RAINHA, 2012, p.129, grifos do autor).

Portanto, o Meesa procura dar organização ao empresariado atuante no Espírito Santo para além da tradicional estrutura corporativa de classe, como sindicatos, federações e confederações. Ao se institucionalizar como Organismo Não Governamental (ONG), tem o intuito de superar a setorização dos interesses com vistas à sistematização e ampliação da participação nas decisões nas políticas públicas (GONÇALVES; SILVA, 2011).

É importante destacar que o Meesa é mantido pelas empresas a seguir (2023): Apex Partners; Grupo Águia Branca; ArcelorMital (sede em Luxemburgo); Bakertilly (Reino Unido); Beta Rede; Cepemar (soluções ambientais); DV-F (consultoria e educação empresarial); Eco 101; Edp Brasil; Faesa; Fucape Business School; Garoto; Imetame; Politintas; Portocel; Porto Central; Rede Capixaba de Comunicação; Rede Gazeta; Rede Vitória; Samarco; SGMP+ advogados; Sicoob; SunCoke Energy; Suzano; Termelétrica Viana S. A. (Tevisa); Tristão; Unimed Vitória; Vale; Viminás; e VLI (Brasil Ferrovário). Além disso, empresários de algumas dessas empresas e/ou funcionários de posições executivas participam de cargos de direção do Meesa, como é o caso do atual diretor-presidente, Nailson Dalla Bernardina (2022-2025), do diretor-executivo do Sicoob ou do diretor de Educação, Rodrigo de Oliveira Gama (2022-2025), gerente geral de gestão de pessoas, saúde e segurança da ArcelorMittal.

### **3 A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO NA EDUCAÇÃO CAPIXABA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Compreendemos, então, que o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação pode ser considerado um “[...] aparelho ‘privado’ de hegemonia [...]” (GRAMSCI, 2022, v. 3, C6, § 137, p. 256) de frações da classe burguesa capixaba. Conta com seus intelectuais orgânicos na formulação de propostas e na disputa para a conformação do consenso na área educacional. Em vista disso, esses intelectuais atuam na organização

da cultura de forma a dar homogeneidade e coerência aos seus pressupostos, além de exercer função diretiva e política nos espaços pelos quais perpassam.

Tal movimento compreende um arranjo de frações da classe burguesa capixaba de vários setores (mídia, agronegócio, transporte, indústria etc.) e articula uma rede empresarial em todo o território capixaba. É a entidade patronal mais bem articulada do Espírito Santo, com várias frentes de atuação. Entendemos que a educação é uma trincheira estratégica na forma de atuação do Meesa.

No entanto, a estrutura interna do movimento com a educação pública tem se complexificado ao longo dos anos. Inicialmente, o foco do movimento era mais diretamente ligado à comunicação, à gestão e planejamento, à tecnologia e inovação e à atuação política (comitês de 2006, ano da conclusão do ES2025), então, o trato com a educação se limitava ao ideal de formação de capital humano contido no ES2025.

De acordo com o documento “Linha do Tempo Integral” (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2022), podemos observar a evolução das atividades do Meesa no Estado:

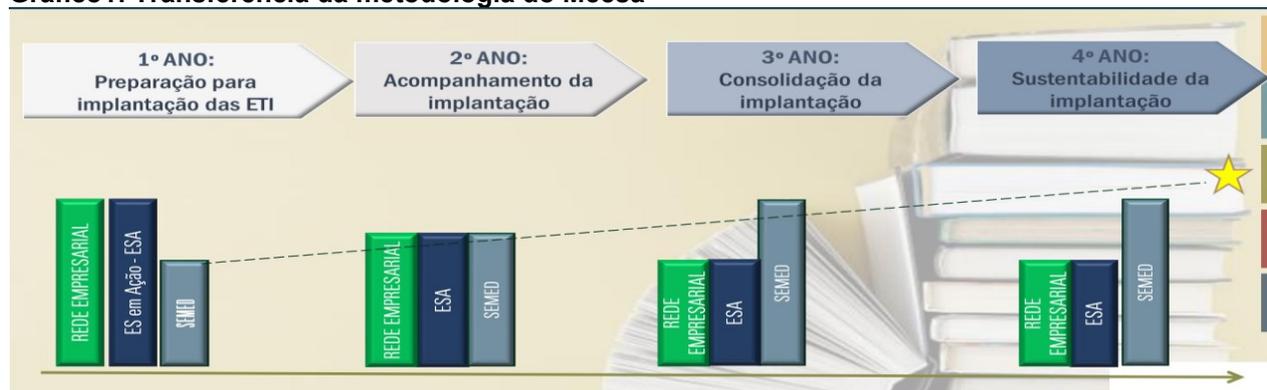
- em 2006, apoiou o Programa Nossa Bolsa ao Governo Estadual do Espírito Santo;
- em 2007, o movimento apoiou a elaboração do Plano Emergencial de Qualificação do Professor, o “Bolsa Sedu”. Nesses dois primeiros casos, a proposição partiu do Meesa, em 2002;
- em 2009, formou internamente o Comitê Capital Humano;
- em 2013, o movimento participou, em parceria com a Sedu, Fucape e Itaú Social, do Programa Coordenadores de Pais;
- em 2015, o Programa Escola Viva é iniciado, em parceria com a Sedu/ES com o Meesa e o ICE;
- em 2016, ocorreu a expansão das escolas de Tempo Integral na rede estadual do Espírito Santo, sob o apoio e a parceira com o Meesa;
- em 2017, o movimento estabeleceu parceria com a Sedu no Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes);
- em 2018, iniciou a parceria entre a Sedu e o Programa Ensina Brasil, sob o apoio do Meesa;
- em 2019, participou da expansão do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) para a rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim;
- em 2020, foi feito o planejamento da expansão do ETI para outras redes municipais;

- em 2021, deu-se início às parcerias para planejamento e implantação com redes municipais do ETI (Aracruz, Cariacica, Linhares, Serra e Vila Velha);
- e em 2022, houve a implantação de novas ETIs e expansão para o total de 46 municípios com 132 escolas aderidas ao ETI.

Portanto, se, inicialmente, a atuação do movimento estava centrada no Governo Estadual, por meio de articulações com a Secretaria de Educação, sobretudo no processo de implantação do Programa Escola Viva, atual Escola em Tempo Integral (ETI), a partir dos anos de 2021 e de 2022, houve uma difusão de sua atuação em várias Secretarias Municipais de Educação na ampliação das ETIs (Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Serra, Vila Velha, dentre outras).

Neste último momento, mais recente, notamos ainda uma arquitetura interna mais articulada, com uma equipe mais numerosa e a expansão da atuação do movimento para as redes municipais do Espírito Santo. Se, inicialmente, o Meesa tinha a posição mais de intermediar parcerias no campo educacional, recentemente, houve um envolvimento mais profundo e capilarizado no processo de formulação, execução e implantação dos programas e políticas educacionais<sup>5</sup> (Gráfico 1). Suspeitamos, e pretendemos investigar, que o nível de intervenção do Meesa nas Secretarias não é homogêneo, isto é, há diferentes níveis de intervenção dentro das redes às quais o movimento tem entrada.

**Gráfico1: Transferência da metodologia do Meesa**



Fonte: Espírito Santo em Ação, 2022.

Desconfiamos que as aproximações e entradas do Meesa nas Secretarias ocorrem mediante a sua postura sedutora e agressiva, pois, em tese, não há custo para o Estado, em virtude das empresas parceiras que custeiam os programas e projetos, mas o formato empresarial de educação e a perspectiva ideológica liberal são violentamente empurrados

<sup>5</sup> Notícia publicada em 2 de julho de 2022, intitulada “ES em Ação realiza ciclo formativo em Escolas em Tempo Integral” (Disponível em: <https://es-acao.org.br/2022/07/02/es-em-acao-realiza-ciclo-formativo-nas-escolas-em-tempo-integral/>. Acesso em: 12 abr. 2023).

para dentro das redes e incorporados sem espaço para o diálogo com os sujeitos envolvidos no processo escolar (comunidades escolares, sindicatos dos trabalhadores, coletivos de professores, representação estudantil).

Além disso, suspeitamos que os intelectuais orgânicos do movimento foram gestacionados, a princípio, sob inspiração e intercâmbio com experiências empresariais na educação de outros Estados, sobretudo Pernambuco (vinculados ao ICE) e Ceará (experiência de Sobral, com Veveu Arruda e Izolda Cela). Entendemos que o início da formação de lideranças, via Instituto Líderes do Amanhã (ILA), constituiu um momento relevante para o Meesa. Ao buscarmos pistas deixadas nos espaços de acesso público,<sup>6</sup> notamos vínculos com intelectuais à frente de projetos privatistas na área da educação (como Cláudia Constin e Priscila Cruz) e com entidades empresariais nacionais voltadas à educação (Fundação Lemann, Todos pela Educação, Institutos Unibanco, Ensino Br e outros). Desses, notadamente, o Todos pela Educação (TPE) apresenta um caráter subsidiador de análises do cenário educacional, inspiração e parceria para a atuação do Meesa na educação pública capixaba (cf. TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022; ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2021).

Nesse prisma, deduzimos que, no período de sua fundação até o ano de 2022, o Meesa passou por três momentos no que concerne à educação, a saber: o momento inicial, das **primeiras formulações** (2003-2012), no qual a educação é secundária nas ações e proposições do movimento, assim como há ausência de uma arquitetura interna e de dirigentes dedicados, exclusivamente, ao segmento educacional. Nesse período, o maior envolvimento do movimento quanto à educação está na formulação do ES2025, evidenciando a educação como formadora de capital humano para atender ao crescimento sustentado do Espírito Santo.

O momento da **consolidação das formulações** (2013-2018), em que há um envolvimento sistemático do Meesa na educação estadual do governo de Paulo Hartung, com a formulação do “Programa Escola Viva”, o envolvimento com instituições parceiras (ICE) e a mobilização de arrecadação por meio das empresas mantenedoras. Nesse contexto, notamos a transição para o início da participação dos primeiros dirigentes formados pelo Instituto Líderes do Amanhã (ILA) no âmbito do Meesa e ainda não percebemos uma arquitetura interna ampla para a educação, mas é criado o “núcleo de educação”, com uma técnica pedagógica responsável.

---

<sup>6</sup> Entrevistas cedidas à TV ES em Ação, bem como registros audiovisuais de fragmentos de reuniões e formações na sede do Meesa (Endereço do canal disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TXcqWmqbgAo>. Acesso em: 10 abr. 2023).

No terceiro momento, **difusão e execução das formulações** (2019-2022), o movimento ganha complexidade maior de atuação. O cargo de “executivo de educação” é criado, bem como uma equipe para tratar da educação é organizada, o “Comitê de Educação” (com duas analistas de educação e uma articuladora de políticas educacionais, todas com formação pedagógica).<sup>7</sup>

Nesse sentido, esse terceiro momento é o da ampliação do Meesa na educação capixaba, com uma maior capilarização, estendendo-se da Secretaria Estadual de Educação para as Secretarias Municipais. A sua atuação é aprofundada para uma dinâmica executora de formações e direção para a inserção do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) em vários municípios capixabas.

Por conta dessa complexificação de sua atuação ao longo do tempo, o Meesa passa a contar com uma equipe mais estruturada para atender à área da educação. Todos os esforços iniciais nos conduzem a deduzir que, no Meesa, no período entre 2019 e 2022, havia dois grupos de sujeitos na área da educação: o quadro pertencente às frações da classe empresarial, com formação de alta qualificação em áreas da economia e gestão, que desempenham a função diretiva dentro do movimento e que se articulam aos executivos estadual e municipais das Secretarias de Educação; e o quadro técnico-pedagógico, com menor qualificação universitária com formação com ênfase em gestão.

Notamos, ainda, que, neste último grupo, alguns sujeitos transitaram entre instituições parceiras (Instituto Unibanco e Ensina Br). Além desses dois grupos, pressupomos a presença de um terceiro grupo, composto por representantes das instituições parceiras que fazem intercâmbios e subsidiam materiais e formações. Logo, o quadro de intelectuais orgânicos do Meesa é composto pelos sujeitos integrantes das frações da classe empresarial ou cooptados por elas. Desse modo, “[...] é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais não mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa” (GRAMSCI, 2004, v. 2, C12, §1, p. 21).

Nesse sentido, entendemos que, entre os sujeitos, há algumas possíveis clivagens das diferentes funções operadas, desde aquelas mais operacionais do ponto de vista técnico-pedagógico (as pedagogas do Meesa), àquelas político-diretivas relacionadas

---

<sup>7</sup> No dia 26 de julho de 2022, a nova diretoria do Meesa foi empossada com um novo formato para o triênio 2022-2025. O cargo de executivo de educação (ocupado por Luciano Gollner) foi subtraído e um novo cargo institucional de “diretor de educação” foi criado. O novo responsável pela educação no Meesa é Rodrigo de Oliveira Gama, gerente geral de Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança da ArcelorMittal Tubarão.

com a organização das estratégias nas Secretarias Municipais e Estadual (empresários executivos do Meesa). Há, ainda, aquelas associadas às formulações das políticas educacionais e dos modelos e projetos compatíveis com a composição de uma concepção de mundo coerente com os anseios e necessidades da classe dominante (internos e externos ao Meesa vinculados às redes nacionais e internacionais) na construção da hegemonia.

A formação de novos quadros político-diretivos empresariais tem grande relevância para o movimento. Por isso, o Instituto Líderes do Amanhã foi criado pelo Meesa em 2010 e as atividades formativas foram iniciadas em 2011. Com o viés neoliberal, o ciclo formativo (2022), que conta com leituras de autores clássicos do liberalismo,<sup>8</sup> da escola austríaca,<sup>9</sup> escola de Chicago,<sup>10</sup> dentre outras, é voltado para jovens aprovados no processo seletivo, que tenham participação societária em empresas ou que sejam indicação de uma das empresas mantenedoras do instituto.

Com a intencionalidade da formação de lideranças, o Meesa sai do estágio econômico-corporativo e do grau da consciência de solidariedade econômica entre os membros da classe para um momento mais articulado, no qual “[...] se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2022, v. 3, C13, § 17 p. 41). O filósofo sardo emprega “[...] a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2022, v. 1, C10, § 6, p. 316).

Então, há elementos que ajudam a sustentar a posição do vínculo e o propósito da formação para a direção, como o exemplo do executivo de educação do Meesa (2019-2022), Luciano Gollner,<sup>11</sup> formado pelo Instituto Líderes do Amanhã (ILA), espaço em que

---

<sup>8</sup> Destaque para os livros: “O que se vê e o que não se vê”, de Frederic Bastiat, e “Da liberdade individual e econômica”, de John Stuart Mill.

<sup>9</sup> Escola do pensamento econômico ultraliberal criada no final do século XIX por economistas austríacos, como Carl Menger, Eugen Von Böhm-Bawerk e Ludwig Von Mises, Friedrich Haeyk. No ciclo formativo de 2022, o livro utilizado foi “As seis lições”, de Ludwig Von Mises.

<sup>10</sup> Termo dado à escola de pensamento neoliberal desenvolvida na Universidade de Chicago nos anos de 1950. Milton Friedman foi um dos professores expoentes da defesa das concepções neoliberais e influenciou um grupo de economistas denominados de “Chicago boys” (HARVEY, 2014). Dessa escola de pensamento, o ciclo formativo do ILA (2022) contou com o livro “Fatos e falácias da economia”, de Thomas Sowell.

<sup>11</sup> Desde a posse da nova diretoria (2022-2025), Luciano Gollner ocupa o cargo de secretário-executivo do Meesa. No endereço eletrônico do movimento, foram atualizadas as suas novas funções, a saber: gestão da entidade, tanto administrativo-financeira como das áreas de Formação de Liderança, Gestão Pública, Estratégia de Longo Prazo e Comunicação, além de liderar o Núcleo de Educação do Meesa.

também foi diretor de comunicação (2013) e de formação (2014); e também o caso de Orlando Bolsonelo Caliman (filho de Orlando Caliman, um dos fundadores do Meesa), secretário-executivo do movimento (2019-2022), diretor institucional do ILA em 2013 e presidente em 2014. Há, ainda, o caso da ex-coordenadora de gestão de projetos (2019-2022) do Meesa, Lara Ghiotto, gerente de projetos do Ensina Br (parceira do ES em Ação), associada ao ILA.

Cabe destacar que um dos fundadores do ILA e membro do Conselho Curador, Aridelmo Teixeira, fundador de uma faculdade de negócios em Vitória (*Fucape Business School*) e ex-presidente institucional do Meesa (2016-2018), coordenou o comitê de “Desenvolvimento de Capital Humano” do Meesa e esteve à frente do Programa Escola Viva, no período em que presidiu o movimento (2016-2018).

Para além do ILA, que é um instituto orgânico ao Meesa, observamos o aprofundamento da formação sob os auspícios empresariais na criação do programa *Be Leader*, que é uma iniciativa do Meesa que congrega instituições parceiras (estaduais, nacionais e internacionais) que ofertam cursos (gratuitos e pagos) para formação de novas lideranças. O *Be Leader* tem quatro eixos de atuação: empreendedorismo; empreendedorismo social; gestão pública; e articulação política.

Especialmente no eixo empreendedorismo, alguns institutos foram criados para atender às demandas regionais da formação de lideranças vinculadas à Rede Empresarial do Espírito Santo, por exemplo: Aliança Jovem – Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel); Líderes do Futuro – Associação Empresarial de Colatina e Região (Assedic); Jovens Líderes – Associação Movimento Empresarial Aracruz e Região (Ameaar); Instituto Mais Líderes – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo (Messes), todos com o modelo de formação muito próximo ao do ILA e com a mesma perspectiva política neoliberal.

Segundo Gramsci (2022, v. 3, C14, § 70, p. 317)

Fala-se em capitães sem exército, mas na verdade é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isso é verdade que, mesmo um exército já formado pode ser destruído se lhe faltam os capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães harmônicos, coeso entre si, com objetivos comuns, pode rapidamente formar um exército, mesmo onde não existe nada.

O lugar de aparelho privado de hegemonia que o Meesa ocupa e o processo de formação dos seus quadros lhe garantem uma atuação que converge com os elementos indicados pelo filósofo da Sardenha e coloca em relevo a importância da formação de lideranças para a construção e manutenção da hegemonia.

Gramsci (2004, v. 2, C12, § 1, p. 21) infere que “Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]”. Tais prepostos podem ser considerados como “as tropas próprias” da classe dominante, sendo a ela fiéis e hábeis no processo de forja do consenso “espontâneo” e no de coerção do Estado, direcionados a disciplinar aqueles que não consentem “espontaneamente”.

Cabe destacar que, para Gramsci, a organicidade dos intelectuais que servem ao empresariado capitalista é limitada, tendo em vista que ocupam uma posição de prepostos ou “soldados” (Gramsci usa o modelo de hierarquia militar para ilustrar) do grupo dominante. Ocupam, portanto, um lugar subalterno devendo obediência ao “Estado-maior”, isto é, à classe dominante. Por isso, “[...] não possuem nenhuma iniciativa autônoma” (GRAMSCI, 2004, v. 2, C12, § 1, p. 22), tornando-se executores, diferentes dos altos intelectuais que concebem os planos e ideais, bem como exercem a direção política.

Gramsci (GRAMSCI, 2022, v. 3, C13, § 37, p. 96) enfatiza que o exercício comum da hegemonia se caracteriza

[...] pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.

É importante perceber o deslocamento do tipo de luta política dentro de um contexto de maior complexificação da sociedade civil e da sua estrutura mais resistente às irrupções (GRAMSCI, 2022, v. 3, C13, § 24). Esse processo de complexificação, mediante o aprofundamento da sua politização, proporcionou à burguesia novas estratégias de dominação (NEVES, 2005), considerando que “[...] as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 2022, v. 3, C13, § 24, p. 73). É nesse sentido que a “guerra de posição” toma o primeiro plano e, no seio da sociedade civil, desenvolvem-se os aparelhos privados de hegemonia que, mediados pelos seus intelectuais orgânicos, empenham-se na conformação de um “bloco histórico” em articulação dialética com os aparelhos de coerção da sociedade política, configurando o que o filósofo sardo chamou de Estado Integral (GRAMSCI, 2022).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse cenário contraditório de luta de classes e busca pela hegemonia que se insere o Meesa, um aparelho privado de hegemonia de frações da classe burguesa capixaba que conta com seus intelectuais orgânicos na formulação de propostas e na disputa para a conformação do consenso na área educacional. Portanto, esses intelectuais assumem posto de organização da cultura de forma a dar homogeneidade e coerência aos seus pressupostos, além de exercer função diretiva política nos espaços pelos quais perpassam. Esse aparelho privado de hegemonia instrumentaliza a educação para a busca da conformação do consenso e para a conservação da sociedade de classes. Parafraseando Caetano Veloso,<sup>12</sup> “[...] eles desde já querem ter guardado todo o seu presente no dia do amanhã”.

O Meesa conseguiu galgar espaço político como formulador, executor e implantador de políticas educacionais no Espírito Santo. Ao longo dos seus quase vinte anos de atuação, o movimento se estruturou e aprofundou a complexidade de atuação, por meio de inúmeras parcerias com outros institutos e fundações. A educação tem uma posição estratégica na sua forma de interferir, sobretudo na preocupação de uma educação pública voltada para a formação de “capital humano” para atender ao desenvolvimento econômico sustentado, previsto no Plano ES2025, atualizado no ES 2030 e no ES2035, em processo de revisão (2018-2022).

Para isso o movimento articulou a Escola em Tempo Integral (Antiga Escola Viva) em conjunto com a Sedu-ES e seus parceiros (ICE) e, mais recentemente, expande-se para vários municípios capixabas. Seu papel inicial de intermediar parcerias no campo educacional foi substituído por uma ação mais capilarizada no processo de formulação, execução e implantação dos programas e políticas educacionais. Mais do que uma especificidade local, essa mudança sinaliza um movimento que diversos grupos empresariais, em nível nacional e internacional, têm construído no campo da educação pública para cimentar consensos, em especial a partir dos ditames neoliberais.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: ARAÚJO, L.; PINTO, J. M.

---

<sup>12</sup> Paráfrase do verso "Eles desde já querem ter guardado todo o seu passado no dia de amanhã", música "Eles", do Álbum "Caetano Veloso, de 1968.

de R. (org.). **Público X privado em tempos e crise**. São Paulo/SP: Fundação Lauro Campos; Fineduca, 2017a. p. 16-37.

ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARINGONI, G. (org.). **O negócio da educação**. São Paulo/SP: Olho d'Água; Fepesp, 2017b. p. 129-144.

ALCÂNTARA, Alzira Batalha; MATOS, Luciane Martins de Oliveira; COSTA, Roseli Maritan de Aboim. Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo: reflexões acerca da gestão educacional. **Roteiro**, v. 45, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23378>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Maria Rosana de Oliveira. **Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua/PA**. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Conheça o ES em Ação**. Disponível em: <https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Código de Ética**. 2020. Disponível em: <https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Codigo-de-E%CC%81tica-Espi%CC%81rito-Santo-em-Ac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Diagnósticos da educação: municípios do Espírito Santo**. 2021. Disponível em: <https://es-acao.org.br/2021/04/20/diagnostico-da-educacao-municipios-do-espírito-santo/>. Acesso em: 10 maio 2022.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Linha do tempo integral**. 2022. Disponível em: <https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/LINHA-DO-TEMPO-TEMPO-INTEGRAL.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea Editora, 2012. p. 51-72.

FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GASPAR, Ronan Salomão. **As figurações na política estadual de educação em tempo integral**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal; PALASSI, Márcia Prezotti. Associativismo e representação institucional: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2009.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal; PALASSI, Márcia Prezotti. Sociedade civil e representação política: o caso da ONG Espírito Santo em Ação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, 3., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2010.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal. As Elites empresariais e o Estado: intermediação de interesses, discursos e estratégias de poder numa fração do Estado brasileiro: o caso do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2011, Vitória, **Anais [...]**. Vitória, 2011.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; PATEZ, Mariana Luz; SILVA, Marta Zorzal. Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação: trajetória, redes e poder sob a perspectiva do discurso do sujeito coletivo. **Revista Sinais**, n. 10, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2825/2292>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. v. 3.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014

LIMA, Marcelo; SPERANDIO, Renan dos Santos; COSTA, Débora Freitas. Interesses do empresariado em torno do Projeto Escola Viva. **e-Mosaicos**, v. 9, n. 21, p. 120-133, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46287/34432>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de. O público e o privado nas políticas de educação profissional do Espírito Santo. **Educação em Perspectiva**, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6848>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. Mercantilização da educação: do gerencialismo ao empresariamento da oferta escolar. **Educação (UFES)**, v. 46, n. 1, p. 20-1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reeducacao/article/view/37100/html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MALINI, Eduardo. **O consenso como ponto de partida? Uma análise do papel desempenhado pelos atores participantes na elaboração do Plano de Desenvolvimento**

da Educação. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MARTINS, Marcos Francisco; GROppo, Luís Antônio. **Sociedade civil e educação: fundamentos e tramas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MATOS, Luciane Martins de Oliveira; ALCÂNTARA, Alzira Batalha; COSTA, Roseli Maritan de Aboim. A parceria público-privada no bojo da reforma neoliberal do estado e da crise estrutural do capitalismo: o caso Espírito Santo. In: DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart; MATOS, Luciane Martins de Oliveira; NASCIMENTO, Rosenery Pimentel (org.). **Políticas educacionais e a privatização: concepções, ações e tendências na educação pública**. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021.

MATTOS, Hebe; BASSONE, Tânia; MAMIGONION, Beatriz G. (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

MOSCON, Eduardo Augusto; MOURA, Deborah Gomes; QUADROS, Denise Pinheiro; REBLIN, Juliana da Vitória. A educação pública nos municípios do Espírito Santo e a presença do setor privado: um estudo preliminar. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de. (org.). **Políticas públicas educação e diversidade uma compreensão científica do real**. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. p. 69-82.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung no Espírito Santo (2003-2016). **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 273-295, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7186264>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; LIMA, Marcelo; ALVARENGA, Jefferson Ferreira. O gerencialismo e a educação no Espírito Santo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654820>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; LIMA, Marcelo. O gerencialismo e as políticas educacionais no Espírito Santo. 2017. In: COLÓQUIO NACIONAL E INTERNACIONAL - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 6., 2017, Natal. **Anais [...]**. Natal, 2017. Disponível em: [https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017\\_old/trabalhos/eixo1/E1A36.pdf](https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017_old/trabalhos/eixo1/E1A36.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do Estado do Espírito Santo**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Apresentação. In: Dossiê “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, p. 1-4, jan./dez. 2020.

SOUZA, Camila Azevedo. **Educação básica em disputa: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI**. 2019. 383 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, Cristiane Lopes de; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Fundação Victor Civita e a rede de entidades públicas e privadas na educação. **Revista Educação em Questão**. v. 59. n. 59, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/23300>. Acesso em: 21 nov. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação que dá certo: o caso do Espírito Santo**. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-que-da-certo-o-caso-do-espírito-santo/>. Acesso em: 10 maio 2022.